



ESTADO DE MINAS GERAIS  
Advocacia Geral do Estado  
Procuradoria do FEAM

PROJ. 45046/2005  
124  
CONSELHO ESTADUAL  
FL. Nº

## PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI

PROCESSO nº 17295 /2005/001/2005  
AI Nº 15242/2005

RECURSO

NATUREZA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA

PORTE EMPREENDIMENTO: PEQUENO

### RELATÓRIO

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer uma infração tipificada no art. 19, §3º, item 6 do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, ou seja, por *"causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto - lixo"*.

Em razão da autuação foi aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração, além da assinatura de TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 252/2009.

Inconformada com a decisão de manutenção da multa, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- atendeu todas as exigências do órgão ambiental no que concerne ao aterro controlado além de trata-se de lixos pobres e secos, ricos em folhas e terras varridas dos quintais, conseqüentemente pobre em chorume;
- sua localização dista mais de 2500 metros do rio mais próximo, o material hospitalar é coletado e depositado separadamente, o entorno imediato do aterro é representado por florestas caducifólias;
- inexiste poluição ou degradação do aterro e mantém corretamente o procedimento de manuseio do aterro, com abertura de valas e o controle de realização de aterro semanalmente, pois o lixo coletado não enche uma vala no dia, levando uma semana ou até mais dias;
- reporta a todos os termos da defesa anterior e espera ser julgado provado e cancelada a multa aplicada.

### DA ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão da Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM que culminou na aplicação de



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria do FEAM

multa, posteriormente, analisada e mantida a penalidade de multa pela Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na vistoria do dia 16-2-2005, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

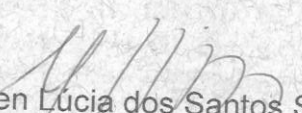
Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 252/2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e do TAC firmado pelo Município.

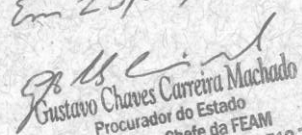
### CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar a decisão anterior de aplicação de multa, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**.

Sugerimos, ainda, a Vice- Presidente da FEAM, na forma da Portaria de nº 439, de 23 de dezembro de 2012, a notificação do Município do descumprimento do TAC, conforme Controle Processual de fls.119.

É o parecer. s,m,j.

  
Carmen Lúcia dos Santos Silveira  
OAB/MG38.838 – MASP 1043754-9  
Procuradoria da FEAM

*de acord.*  
*Em 23/02/12*  
  
Gustavo Chaves Correia Machado  
Procurador do Estado  
Procurador - Chefe da FEAM  
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7